

O SR. JOÃO HERCULINO \* — Sr. Presidente, Srs. Deputados, outro dia, no meu despretenso discurso, denunciei, desta tribuna, a existência de uma conspiração dentro do Governo, contra o Governo. Denunciei e citei os nomes, dizendo que o Senhor Gouveia de Bulhões do Sr. Roberto Campos e o Sr. Wagner Estelita estão conspirando claramente contra o Governo da República. Fiz esse pronunciamento na oportunidade em que o jornal "Última Hora" publicava uma nota tirada de uma entrevista do eminente Presidente Castello Branco na qual S. Exa., reconhecia que havia possibilidade da existência de uma conspiração dentro do seu governo. Naquela oportunidade, frisei que não havia nada de novo nisso de os homens do Governo conspirarem contra o Governo, e afirmei que no Governo do Dr. João Goulart os homens conspiraram contra ele; os homens que ocupavam cargos de confiança conspiraram, até que o Governo foi derrubado. Aquelas palavras minhas poderiam ter sido tomadas, por alguns dos Senhores Deputado, como expressão própria de um Deputado da Oposição, apenas levado pelo desejo de oposição, fazendo uma injustiça ao orador que ocupa esta tribuna, porque temos pautado a nossa linha de conduta na Oposição nos termos da declaração inicialmente feita aqui pelo ilustre Líder Doutel de Andrade, isto é, de que a Oposição não tem por objetivo impedir que o Governo governe, mas tão somente manter-se alerta contra os desmandos que possam vir do Governo, contra a prepotência dos que ocupam, hoje, o Poder Central da República, contra, enfim tudo aquilo que passa ser nocivo à grandeza brasileira.

Hoje, entretanto, venho novamente a esta tribuna, inicialmente para dizer que volto escudado por um órgão de informação da mais alta responsabilidade do setor do atual Governo, que é o jor-

nal "O Globo". Esse jornal publica, no seu edital, intitulado "Pelo Ideal que a Todos Unia", o seu ponto-de-vista de que a desunião grassa no meio daqueles que fizeram a revolução, que ela atinge os setores militares e os setores políticos. Cita como exemplo dessa desunião no setor militar, o pronunciamento feito pelo Almirante reformado Silvio Heck, dizendo textualmente: "Ainda que não admitindo seja S. Exa. este interprete tão autorizado quanto se declarou, da opinião dos seus camaradas", com o que nós concordamos amplamente.

Realmente, nós aprendemos a ver no ilustre Almirante reformado Silvio Heck uma expressão do reacionarismo brasileiro, alguma coisa de que só há um similar, no exterior, na pessoa do Senador Goldwater: o mesmo tipo psicológico, o homem que sem as raças reações, face os problemas sociais daquele ilustre Senador dos Estados Unidos, que Deus não permitirá governe nunca a grande nação Americana.

No setor civil, na área política o editorial de "O Globo" cita as divergências do Sr. Carlos Lacerda com o atual Governo da República, sem dúvida alguma, o Senhor Carlos Lacerda foi endeusado, foi incensado no início deste movimento, como um dos líderes civis da Revolução. Nós sabíamos perfeitamente que S. Excelência não permaneceria por muito tempo na linha do movimento revolucionário. Não concordamos com este movimento. Combatemos, desde o primeiro momento, a revolução que se fez, e continuamos a combatê-la. Mas acreditávamos e acreditamos que, realmente, no bôjo da revolução existiam e existem homens com os quais o Sr. Carlos Lacerda, para ser fiel à sua política, não poderia jamais concordar. O fato que veio determinar a cisão nessa área política foi o ofício do Governador da Guanabara ao Ministro da Agricultura, a respeito de reunião que se realiza ago-

\* Não foi revisto pelo orador.

ra no meu Estado, na cidade de Viçosa, quando, para dizer que não mandaria representante, S. Excelência, arrasou por completo com o espírito daquele conclave que nós, da Oposição, reconhecemos do mais alto interesse social econômico e político para a Pátria brasileira. Nesse encontro os técnicos de todo o Brasil, os homens responsáveis pelo setor da agricultura estão reunidos para estudar os problemas da agricultura e equacioná-los de maneira adequada, a fim de que possam apresentar ao Governo solução para os mesmos. Mas o Sr. Carlos Lacerda, que via na realização das eleições para 65 a sua oportunidade de tomar conta do Brasil, segundo ele pensava, pelo veto exasperado com a derrota do seu ponto-de-vista que, infelizmente coincidia com o nosso também, que não concordávamos com a prorrogação do mandato do Sr. Presidente da República, achou que a oportunidade para se lançar contra o Governo era exatamente a que agora se apresentou, desta reunião da mais alta finalidade, do mais alto sentido que se realiza na cidade de Viçosa. Assim, o processo denunciado por nós de conspiração contra o Governo do Sr. Castello Branco, está em marcha, em marcha vertiginosa, e não dá preocupação nem trabalho ao Serviço Nacional de Informações, porque esse serviço não precisa ter trabalho para procurar os conspiradores, que estão deparados no próprio Governo da República.

Já citamos o caso dos Senhores Roberto Campos e Gouvêa de Bulhões. Dissemos que tínhamos documentos da conspiração. Os documentos que provam a existência dessa conspiração são os pronunciamentos, é o preparo psicológico que faz este grupo inconformado dentro do grupo revolucionário, que quer, que deseja, e está promovendo, por todos os meios e modos possíveis, a derrocada do Sr. Castello Branco, pregando contra as medidas que ele toma, procurando desmoralizar ainda mais este já

desmoralizado movimento revolucionário. *(Não apoiados)*. Sinceramente, repito hoje neste discurso, não me interessa a derrocada do Governo Castello Branco. Eles, que se apossaram do Governo num movimento que não vamos analisar aqui agora, que fiquem por aí engarupados nele, para ver que a solução dos problemas nacionais não será jamais atingida com fórmulas milagrosas, com discursos da Oposição, mas sim pela ação direta, honesta, capaz e, esclarecida de homens que tenham, realmente, o desejo de realizar alguma coisa.

O Sr. Norbert Schmidt — Vossa Excelência, pe permite um aparte?

O SR. JOÃO HERCULINO — Dentro de alguns momentos.

Acontece que o Sr. Castello Branco convidou para o Ministério da Fazenda para o Ministério do Planejamento, para o DASP, para o Ministério do Trabalho, homens que estão realizando alguma coisa que não está nem de acordo com aquela política que defendíamos, e que essas forças revolucionárias acusavam, nem de acordo com aquilo que, disseram, era o espírito da revolução. Então pregam eles, pelos mais diferentes modos e métodos, a queda do Senhor Castello Branco. De que modo? Impopularizando o seu já impopular Governo porque é Governo que não nasceu das lutas das praças públicas, porque é Governo que não nasceu daquela pugna eleitoral onde o homem é escolhido não indiretamente, por 409 Deputados e pelos Srs. Senadores, mas, sim pelo voto independente, livre, de milhões e milhões de brasileiros que entre vários candidatos, preferem optar por um deles elegendo-o Presidente da República. Então, este processo de deterioração do atual Governo segue numa marcha vertiginosa. Não precisamos repetir a questão do custo de vida, não vamos também repetir a questão do desemprego. Mais al-

to do que uns com muito mais autoridade, porque é homem do Governo, já o declarou aqui hoje, da tribuna, o ilustre Deputado udenista, Sr. Flores Soares, do Rio Grande do Sul, fazendo a estatística, que não confere nunca e jamais conferirá com aquela outra apresentada pelo Sr. Roberto Campos que traduz o completo desconhecimento de S. Exa., ou a sua má fé, no tocante aos problemas brasileiros. A vida insuportável o desemprego rondando os lares dos trabalhadores, isto constitui, sem dúvida alguma, o fermento, o meio próprio ao crescente, ao desenvolvimento, à vida do germe da subversão, que não interessa ao povo brasileiro. Precisamos pensar primeiro as feridas feitas no organismo oficial, em nossa Pátria, para que ela possa, então, amanhã, suportar os novos embates pela solução verdadeira e real de seus problemas.

*O Sr. Norbert Schmidt* — Vou penitenciar-me do tempo que lhe roubei no início de sua oração aliás magnífica, como tôdas as de Vossa Excelência, oferecendo-lhe agora um aparte breve.

**O SR. JOÃO HERCULINO** — A intervenção de V. Exa. muito me honrou e foi de muita utilidade.

*O Sr. Norbert Schmidt* — Vossa Excelência falou em derrocada do movimento revolucionário, e em pensar as feridas, primeiro, para depois tratar do organismo da Nação. Em primeiro lugar, o movimento revolucionário não está derrotado. Não se deu tempo ainda ao Governo para acertar o passo, para corrigir anomalias que vêm de muito atrás. Devemos pensar, fora da política, em reconstruir de fato este País e melhorar a situação nacional que, V. Exa. tem inteira razão se está agravando. Mas é um reflexo dos desmandos governamentais que tem havido. Vossa Excelência, com a honestidade que o caracteriza com a autoridade que aqui demonstrou nos noven-

ta dias após o Ato Institucional, há de ser um homem culto. Não pretende a derrocada do Governo, porque virá contra os interesses do País. E V. Exa. tem a melhor oportunidade de provar sua sinceridade quando ao atual Governo a cobertura necessária para que possa fazer tudo aquilo que dele o Brasil espera, com ou sem revolução.

Com o governo precisamos colaborar, nesta Casa eminentemente política, e não fazer malabarismo ou jogo de palavras, se quisermos construir efetivamente a grandeza do Brasil.

**O SR. JOÃO HERCULINO** — Agradeço o aparte de V. Exa. Quero dizer que minha divergência com o atual Governo parte do seguinte princípio. Fizeram uma revolução contra o comunismo e contra a corrupção. O Marechal Taurino, Presidente da Grande Comissão de Inquérito, declarou que não havia comunismo no Brasil. E declarou isso, com sua autoridade de Presidente da Comissão. Então, a isso não veio a Revolução. Falou da corrupção. A corrupção havia, há e haverá sempre, porque não depende do idealismo de um homem, não depende do idealismo de um grupo de homens exterminá-la, pois ela existe aí, ali e acolá, no País e fora dele, lementavelmente.

Então, ter-se-ia de buscar solução para os grandes problemas. E eu pergunto a V. Exa.: que fez a revolução até agora no sentido de dar solução aos grandes problemas nacionais? Emitiram-se cerca de 190 bilhões de cruzeiros, até agora. Não estão pagando aos fornecedores; não estão pagando obras; não estão iniciando obras, não estão realizando nada, absolutamente nada. Estão inflacionando o País, fazendo com que todo o povo pague essa aventura louca que teimam em chamar revolução, mas à qual falta aquilo que é essencial a uma revolução, que é exatamente a mensagem, a filosofia.

Este foi, Senhores — creiam que o digo honestamente — um movimento armado de grupos, comum, a todas as repúblicas subdesenvolvidas, onde um grupo luta, com apoio ou sem apoio armado, para apossar-se do poder. Esta a grande, a lamentável realidade.

Qual foi o grande problema atacado, de rijo, pelo Governo? Não existe. Ao contrário disso, a grande conquista do Governo do Doutor João Goulart — a lei de remessa de lucros — recebeu uma emenda vinda do Palácio do Planalto e ela viasva não aprimorar essa lei, mas isto sim, destruir a única coisa aproveitável que nela havia e que equiparava nesse setor, o Brasil aos países mais civilizados do mundo, ou seja, o disciplinamento da remessa de lucros, para o exterior.

Foi isto tão-somente que já fez de mais notável essa revolução de saudosa memória, porque não vem servir ao povo não vem servir ao País, mas, isto sim, desservir aos interesses nacionais.

O Sr. Norberto Schmidt — Vossa Excelência fez-me uma pergunta e quero responder. Gostaria de dialogar com V. Exa. em tempo suficientemente longo.

O SR. JOÃO HERCULINO — Fica para o próximo capítulo.

O Sr. Norberto Schmidt — Posso responder a todas as perguntas de V. Exa.

O SR. JOÃO HERCULINO — Quando V. Exa. ou eu, ocupar a tribuna em outra oportunidade vamos debater o assunto, com muito gosto e com muito encantamento para mim.

O Sr. Norberto Schmidt — O Regimento, na sua rigidez, não permite o diálogo.

O SR. JOÃO HERCULINO — Hoje, quero denunciar mais um homem.

O Sr. Altomar Baleeiro — Deputado João Herculino, V. Exa. está com medo de ser esmagado pelo

aparte do nobre Deputado Norberto Schmidt? Dê o aparte. (Palmas).

O SR. JOÃO HERCULINO — Se o Sr. Presidente me permitir algum tempo mais, concederia o aparte, com muito encantamento para mim.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Roque) — Nobre Deputado João Herculino, a Ordem do Dia tem matéria em regime de urgência, concitaria a V. Exa. que concluísse sua oração.

O Sr. Luiz Bronzeado — Permite um aparte?

O SR. JOÃO HERCULINO — Vou perder permissão ao Deputado Luiz Bronzeado para ouvir tão-somente a bomba atômica também de hidrogênio que traz a este meu desprezioso discurso o nobre Deputado Norberto Schmidt.

O Sr. Norberto Schmidt — Quem sou eu, nobre Deputado João Herculino, para colocar no discurso de um Vice-Líder do PTB uma bomba atômica! Será um traque, talvez. Mas se meus pensamentos frutificassem e conseguissem ter o curso que pretendia, talvez se transformassem em verdadeira bomba, apenas um pouquinho menor. Vossa Excelência ataca como ponto fundamental a questão da Lei de Remessa de Lucros. Para esta Casa vieram diversas mensagens do atual Governo, que são praticamente mensagens que já o Governo que V. Exa. apoiava apresentou. Mas, naquela oportunidade, V. Exas. as apoiavam intransigentemente, e agora as combate.

O SR. JOÃO HERCULINO — Nós? V. Exa. vai desculpar-me. V. Exa. então não se apercebeu do sentido do meu discurso. Nós todos vimos defendendo — aqui está um ponto pacífico da luta do PTB — a disciplina na remessa de lucros. Agora, estamos combatendo exatamente um ato do Governo da República, do Sr. Castello Branco, que escancara as portas da Nação para que saia o suor, o sa-

crifício e o trabalho do povo brasileiro, em forma de lucros extraordinários das empresas estrangeiras.

O SR. PRESIDENTE (*Lenoir Vargas*) — Estamos no prazo da Ordem do Dia e há matéria em regime de urgência para ser apreciada pelo Plenário. Solicito a colaboração dos Srs. Deputados.

O Sr. *Norberto Schmidt* — Vossas Excelências tiveram dois anos e não puseram a lei em execução. A regulamentação custou a sair. Qual foi a vantagem que o Brasil colheu entre votação da Lei de Remessa de Lucros e a regulamentação, em que o Governo de V. Exa parece que não tinha muito interesse?

O Sr. *Luiz Bronzeado* — O Governo anterior nem sequer sancionou a Lei. Devolveu-a a este Plenário. Foi promulgada pelo Presidente do Congresso.

O Sr. *Clemens Sampaio* — O estado emocional que se criou neste País por grupos interessados não permitiu que a lei produzisse seus devidos efeitos.

O Sr. *Norberto Schmidt* — A culpa é do Governo Goulart.

O Sr. *Clemens Sampaio* — Mas houve uma oposição desenfreada ao Governo do Dr. João Goulart para evitar que a Lei de Remessa de Lucros produzisse seus efeitos.

O Sr. *Norberto Schmidt* — Lamento que a minha voz não tenha o timbre mais alto do que a do nobre Deputado Clemens Sampaio.

O SR. PRESIDENTE (*Lenoir Vargas*) — Vamos entrar na Ordem do Dia e peço ao orador que colabore com a Mesa.

O SR. JOÃO HERCULINO — Tem razão o nobre Deputado Clemens Sampaio. É que a oposição ao Governo do Dr. João Goulart não tem o idealismo que tem a oposição que nós, nesta Casa, fazemos ao Governo do Sr. Castello Branco. (*Não apoiados*). Esta, a realidade.

Mas hoje, Sr. Presidente, terminando meu discurso, quero dizer que, além daquele grupo de conspiradores contra o Governo Castello Branco, mais um cidadão, o Senhor Arnaldo Sussekind, derrofan, do desprezando acordos salariais, como no caso dos aeroviários e aeronautas, bem como dos marítimos, está lançando na desconfiança e no descrédito o Governo do Sr. Castello Branco.

Levantamos daqui nossa voz, nosso protesto contra essa atitude do Governo, através do Sr. Arnaldo Sussekind, porque vamos sofrer amanhã a vergonha de ver esse descumprimento de acordo levado à Organização Internacional do Trabalho, como denuncia hoje o jornal "Última Hora". É uma vergonha, é mais um descrédito que se vai somar aos outros já debitados a esta Revolução e, sem dúvida alguma, num papel preponderante para desgraça nacional.

Esses trabalhadores, sem se sentirem amparados pela lei, sem se sentirem amparados pelo Governo, não terão condições para continuar seu trabalho, sua luta pela grandeza do Brasil.

Também, Sr. Presidente, quero fazer um protesto contra a decisão do Banco do Brasil de levar daqui de Brasília suas diversas seções, deixando apenas mera seção de expediente naquele prédio enorme naquele prédio magnífico, naquele prédio que, sem dúvida alguma, tanto sacrifício, tanto suor custou ao pobre povo brasileiro, porque ali estão depositados cerca de três bilhões de cruzeiros, que foi o preço daquele prédio.

Querem agora avançar para outras áreas do setor da conspiração, querem acabar com Brasília. E acabar como? Transferindo daqui o Banco do Brasil, transferindo daqui o CONTEL, como anunciou o Almirante José Cláudio Beltrão Frederico, Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações na entrevista que concedeu ao "Correio Braziliense". Isto é um absurdo.

do, é um crime, é um atentado contra a economia nacional. contra o povo. Levantamos nossa voz nesta Casa para protestar contra a despersonalização de Brasília, contra o aniquilamento de Brasília, como um setor a mais de conspiração, uma nova frente que se abre lamentavelmente contra o Senhor Presidente Castello Branco.

Fazendo este apêlo, Sr. Presidente, queremos que nossa palavra chegue até S. Exa., o Sr. Presidente Castello Branco. Que Sua Excelência ponha um freio nesse homem que, a esta altura, ainda faz parte do seu Governo que combatemos, a que fazemos oposição, mas desejamos que realize alguma coisa para o bem do Brasil. (*Muito bem; muit bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

Durante o discurso do Senhor J. Herculino, o Sr. Henrique La Roque, 2.º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lenoir Vargas, 2.º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está findo o tempo destinado ao expediente.

Vai se passar à Ordem do Dia.

**COMPARECERAM MAIS  
OS SENHORES**

Dirceu Cardoso.  
Gabriel Hermes.

Acre:

Altino Machado — PTB.  
Jorge Kalume — PSD.

Amazonas:

Wilson Calmon — PSP.

Pará:

Burlamaqui de Miranda — PSD.  
Gabriel Hermes — UDN.  
Stélio Maroja — PSP.

Maranhão:

Cid Carvalho — PTB.  
Eurico Ribeiro — PTB.

Ivar Saldanha — PTB.  
Joel Barbosa — PSD.  
José Sarney — UDN.  
Mattos Carvalho — PSD.

Piauí:

Laurentino Pereira — PSD — 2  
de setembro de 1964).  
Moura Santos — PSD.

Ceará:

Dager Serra — PTB.  
Edilson Melo Távora — UDN.  
Euclides Wicar — PSD.  
Flávio Marcílio — PTB.  
Martins Rodrigues — PSD.  
Paes de Andrade — PSP.

Rio Grande do Norte:

Djalma Marinho — UDN.

Paraíba:

Flaviano Ribeiro — UDN.  
Humberto Lucena — PSD.  
Jacob Frantz — PTB (6-11-64).  
Jandui Carneiro — PSD.  
Luiz Bronzeado — UDN.  
Plínio Lemos — UDN.  
Raymundo Asfira — PTB (28 de  
setembro de 1964).

Pernambuco:

Aderbal Jurema — PSD.  
Augusto Novaes — UDN.  
Bezerra Leite — PTB.  
Costa Cavalcanti — UDN.  
Luiz Pereira — PST.  
Oswaldo Lima Filho — PTB.

Alagoas:

Abrahão Moura — PTB.  
Aloysio Nonô — PTB.  
Medeiros Neto — PSD.  
Muniz Falcão — PSP.  
Pereira Lúcio — UDN.  
Segismundo Andrade — UDN.

Bahia:

Clemens Sampaio — PTB.  
Edgard Pereira — PSD.  
Gastão Pedreira — PTB.  
Henrique Lima — PSD.  
Hermogenes Príncipe — PSD.